

Livre negociação, a razão da polêmica

A negociação direta entre empresários e trabalhadores tem o apoio basicamente do PPR, do PFL e do PSDB. O líder do PPR Francisco Dornelles argumenta que as relações de trabalho no Brasil já evoluíram para permitir a negociação salarial direta. Para Dornelles, a mudança acabará com as distorções da lei salarial, que não leva em conta as diferentes realidades regionais e de cada empresa:

— Não dá para ter uma lei igual para o setor calçadista, que está em queda, e a indústria automobilística, que está em franca expansão.

Para o líder do PSDB, deputado José Aníbal, o Governo não pode desperdiçar a chance de desindexar a economia no momento em que a inflação dá novos sinais de queda. Ele defende uma solução radical, sem qual-

quer regra de transição para a livre negociação. A única exceção seria o salário-mínimo, para o qual seria garantida a reposição integral da inflação passada, mais algum aumento real.

No lado oposto estão os partidos de esquerda, incluindo PT, PDT, PSDB e PC do B, que reivindicam a recomposição dos salários pela inflação passada. O deputado Paulo Paim (PT-SP) sugere a criação de um mecanismo de prefixação, pelo qual os salários seriam corrigidos por uma expectativa de inflação futura. Mas, associada à prefixação, os salários seriam corrigidos pela inflação integral passada.

— Acho que temos de preparar o país para a livre negociação através de uma fórmula de transição. Mas não agora, quando a inflação anual está em 35% e os juros em 18% ao mês.